Aspectos da arquitetura civil edificada no século XIX, em São Luís do Maranhão, Brasil

Aspects of the civil architecture of the nineteenth century in São Luís do Maranhão, Brazil

Margareth Gomes de Figueiredo

Departamento de Engenharia Civil, Universidade de Aveiro, 3810-193, Aveiro, Portugal
margothgf@hotmail.com

Humberto Varum

Departamento de Engenharia Civil, Universidade de Aveiro, 3810-193, Aveiro, Portugal
hvarum@ua.pt

Aníbal Costa

Departamento de Engenharia Civil, Universidade de Aveiro, 3810-193, Aveiro, Portugal
agc@ua.pt

Resumo

A cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, localizada na região nordeste do Brasil, possui um expressivo acervo de arquitetura civil, remanescente dos séculos XVIII e XIX. O conjunto arquitetônico é um legado do período áureo da economia do Maranhão, que na segunda metade do século XVIII, e durante o século XIX, passou por uma fase de enriquecimento econômico tendo como base de investimento financeiro a agroexportação do arroz e algodão. Esse legado arquitetônico, que se concentra na Praia Grande, Desterro, Mercês e Largo do Carmo, bairros mais antigos da cidade, foi tombado (classificado) pelo governo federal, e inscrito, em dezembro de 1997, na Lista de Patrimônio Mundial. Segundo o parecer do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – “O centro histórico de São Luís é um exemplo excepcional de cidade colonial portuguesa adaptada às condições climáticas da América do Sul equatorial e que tem conservado dentro de notáveis proporções o tecido urbano harmoniosamente integrado ao ambiente que o cerca”. Com aproximadamente 5.600 imóveis, o centro histórico acumulou, durante três séculos, exemplares arquitetônicos de estilos variados: tradicional português (edificações dos séculos XVIII e XIX), neoclássico, eclético, art déco, neocolonial e moderno. Grande parte desse acervo arquitetônico encontra-se em estado precário de conservação, apresentando diversas patologias que afetam o sistema construtivo e os elementos arquitetônicos de composição das fachadas. Este estudo apresenta alguns aspectos das edificações civis no século XIX, em São Luís do Maranhão, o sistema construtivo e algumas das principais patologias que atingem o patrimônio edificado. Sem a intenção de esgotar um tema tão vasto como a arquitetura, esse trabalho pretende ser uma parcela de contributo para futuros programas de valorização e reabilitação do patrimônio cultural edificado em São Luís do Maranhão.

Palavras-chaves

Arquitetura civil do século XIX; Patrimônio edificado; Sistema construtivo; Patologias.

Abstract

The city of São Luís, capital of Maranhão, located in northeastern Brazil, has an impressive collection of civil architecture, reminiscent of the eighteenth and nineteenth centuries. The architectural heritage was built during the golden period of the economy of Maranhão, during the second half of the eighteenth century and the nineteenth century, with a significant economic growth associated to the export of rice and cotton. This architectural legacy, concentrated in Praia Grande, Desterro, Mercês and Largo do Carmo, the oldest city' neighborhoods, was classified by the federal government, and included in the World Heritage List, in December 1997. According to ICOMOS – International Council on Monuments and Sites – “the historic center of São Luís is an outstanding example of a Portuguese colonial city adapted to the equatorial South-America climate and has kept within the striking proportions and harmoniously integrated into the urban mesh the surrounding environment”. With approximately 5,600 buildings, constructed during three centuries, in the historic city center it is possible to find examples of various architectural styles: traditional Portuguese (buildings of the eighteenth and nineteenth centuries), neoclassical, eclectic, art deco, neoclassical and modern. Much of the architectural heritage is in poor state of conservation, presenting various defects affecting the structural system and architectural elements in the facades. This study aims to analyze the building system and defects of civil buildings constructed in the nineteenth century in São Luís do Maranhão, contributing to future rehabilitation programs.

Keywords

Nineteenth-century civil architecture, built heritage; construction system; defects.

■ Considerações gerais

No intuito de situar o contexto histórico, cultural e socioeconômico do patrimônio edificado em São Luís no período do século XVIII ao XIX, fazem-se algumas considerações gerais abordadas nos itens: Contexto histórico; Aspectos da arquitetura brasileira no Maranhão; A influência da arquitetura pombalina; e Engenheiros, arquitetos e construtores.

■ ■ Contexto histórico

Nos primeiros anos da colonização portuguesa, e até meados do século XVIII, a economia do Maranhão se reduzia à produção de subsistência, baseada principalmente nas lavouras de mandioca e algodão. O historiador maranhense Mário Meireles relata que a situação de miséria de São Luís em 1683, com uma população de pouco mais de 1.000 habitantes, era de uma cidade “acanhada, de ruas tortuosas, aladeiradas e sem calçamento, em que a quase totalidade das casas era de taipa, recobertas de palha, com urupemas nas janelas” [1].

Pela precariedade das construções da época conclui-se porque, nos dias atuais, não existem em São Luís exemplares de arquitetura civil edificados no século XVII. O acervo de arquitetura militar, religiosa e civil que compõe hoje o patrimônio cultural edificado no centro histórico de São Luís configura-se uma herança inestimável, remanescente do final do século XVIII, e século XIX.

O que permaneceu do século XVII no centro antigo de São Luís foi a configuração física-espacial do traçado urbano (1615), em malha ortogonal, de autoria atribuída ao engenheiro militar português Francisco Frias de Mesquita (Figura 1a). A cartografia original do traçado de Frias nunca foi encontrada. O registro mais antigo de que se tem notícia consta do livro de Gaspar Barleus, “Histórias dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes, sob o govêrno do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau”, cuja primeira edição foi publicada em torno de 1645 [2]. Paulo Santos argumenta que o plano urbanístico da cidade de São Luís, deixado por Frias, não teria sido muito diferente do publicado por Barlaeus em 1647 [3].

Sobre a regularidade do traçado urbano da época, informa o historiador maranhense Jerônimo de Viveiros

que Alexandre de Moura, quando veio em 1615, na missão de expulsar os invasores franceses, deixara uma légua de terra à Câmara de São Luís, com a finalidade de organizar a povoação, assim determinando que “para a cidade que se levantava, o regimento tem apenas duas linhas na recomendação, que fosse ela bem arruada e direita conforme a traça que ficava em poder do capitão-mor” [4].

A abertura de novas ruas, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, seguiu a orientação ortogonal de sua origem, independente das circunstâncias topográficas do sítio físico (Figura 1b). A ampliação da malha urbana, decorrente da dinâmica inerente às cidades, para abrigar novas demandas socioeconômicas, ocorreu nos séculos seguintes,

a

b

Fig. 1 (a) Traçado de São Luís (1615); (b) Rua do Giz, trecho com topografia plana e escadaria ao fundo para acesso à Rua de Nazaré, situada em cota bem mais elevada. Fontes: (a) Arquivo da Superintendência do Patrimônio Cultural do Estado; (b) Foto Margareth Figueiredo.

com o prolongamento das vias do traçado original, e a projeção de novas ruas de orientação norte-sul e oeste-leste.

No século XIX, por determinação do Código de Postura de 1842, a Câmara de São Luís demonstra evidente preocupação com a manutenção do plano urbanístico de traçado ortogonal, estabelecendo, em seu artigo 1º, que “Nenhuma pessoa poderá edificar nesta Cidade, e seus subúrbios confinando com Ruas, Estradas publicas, muros ou caza, sem licença da Camara devendo proceder-se antes huma vistoria, ou arrumação pelas Justças Ordinarias, sendo citado o Procurador da Camara para se assignalar a linha de direcção, que o predio deve seguir” sob pena do imóvel ser demolido à custa do proprietário [5].

A manutenção do traçado ortogonal do centro histórico de São Luís, no entanto, necessitou de soluções de adequação à topografia acidentada do sítio, por existir, em alguns casos, em uma mesma rua, situações com trechos planos e outras com inclinações acentuadas. Para evitar os arruamentos tortuosos, decorrentes da adaptação à topografia acidentada, alguns trechos de conexão de ruas em concordâncias ortogonais foram executados por meio de degraus, a exemplo da escadaria da Rua do Giz, esquina com a Rua de Nazaré (Figura 1b).

No panorama econômico do Brasil, no período do século XVII até metade do XVIII, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com a capital em São Luís, permanece entre as colônias portuguesas mais pobres. Em 1751, D. José I, com intuito de realizar a demarcação dos limites de terras e fortalecer o domínio português na região Norte, transfere a capital para Belém e o nome do estado passa a ser Estado do Grão-Pará e Maranhão. Na ocasião, nomeia como Governador-Geral Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro primeiro-ministro e Marquês de Pombal.

O Governador-Geral Mendonça Furtado, buscando alternativas para reverter a situação de decadência e pobreza do estado, e atendendo também a uma reinvidicação dos comerciantes de Lisboa, escreve para seu irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo, solicitando uma representação junto ao Rei, para a criação de uma companhia de comércio, no intuito de dinamizar a economia, tendo como base o fomento da agricultura. Dessa iniciativa surge a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em junho de 1755 (Figura 2a).

O surto de riqueza que a Companhia proporcionou ao Maranhão no final do século XVIII e século XIX ficou

retratado em São Luís que, mesmo perdendo o privilégio de ser capital do estado para Belém, em 1751, passou nesses dois séculos por grandes transformações urbanas.

a

b

Fig. 2 (a) Capa do documento de criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão; (b) Mapa de São Luís, em 1844. Fonte: (a) [6]; (b) Arquivo da Superintendência do Patrimônio Cultural do Estado do Maranhão.

Entre outros benefícios, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, por meio do documento legal de sua criação, intitulado “Instituição da Companhia Geral do Grão Para e Maranhão”, concedia aos seus associados financiamento para aquisição de mão-de-obra escrava e ferramentas para a agricultura. Além do incentivo à produção agrícola, a Companhia facilitava a sua exportação, como determina no seu art.º II, da disponibilidade de uma grande frota de navios [6], colocando o Maranhão no circuito internacional de exportação de produtos agrícolas, principalmente do algodão e arroz. Segundo o historiador Southey “antes de estabelecida a Companhia costumava ser de dez a quinze por anno o numero dos navios sahidos d'este porto; em 1781 forão vinte e quatro e em 1806 pássarão ja de trinta, tal o effeito da introdução do arroz e do algodão, ...” [7].

A Companhia “funcionou até 1778, alterou profundamente a vida do Estado, abrindo a sua lavoura e seu comércio um período de franco progresso que se traduziu no enriquecimento material e no aprimoramento intelectual da sociedade” [8], principalmente na cidade de São Luís, onde residia a burguesia e os comerciantes que exportavam a produção agrícola, e em Alcântara, onde residia a aristocracia rural [9]. Após a sua extinção em 1778, mesmo enfrentando crises de alta e baixa do algodão, a produção agrícola do Maranhão, com base na mão-de-obra escrava, esteve consolidada durante quase todo o Império.

O Império, portanto, foi o período áureo da cidade portuária de São Luís, que se destacava no cenário nacional como a quarta cidade mais próspera [8]. O capital acumulado com a agroexportação do algodão e do arroz refletiu-se, de maneira decisiva, em melhorias urbanas e socioculturais. Registra-se considerável alteração na morfologia da cidade, tanto em relação à nova arquitetura de feição lisboeta, adaptada ao clima tropical, como no incremento de melhorias de infra-estrutura urbana: pavimentação, iluminação pública a gás, instalação de fontes e chafarizes. As precárias casas de taipa de mão foram substituídas por novas construções de sobrados, solares e moradas térreas, edificadas em pedra e cal, principalmente nos bairros mais antigos da cidade, expandindo-se no sentido oeste-leste, ao longo do Caminho Grande, vetor de penetração para o interior da Ilha de São Luís (Figura 2b).

O considerável crescimento das sólidas construções

em pedra e cal, dos sobrados, de propriedade dos comerciantes, e dos solares pertencentes à elite dos produtores rurais, retrata bem o crescente progresso do Maranhão no século XIX. A solidez das novas construções do século XIX é apontada no documento “Corografia Brazilica, ou Relação Historico-Geográfica do Reino do Brazil composta e dedicada a Sua Magestade Fidelissima”, publicado em 1817, pela Imprensa Régia, quando relata que em São Luís “a cazaria he solida com muita frente, e quintaes, e vara ndas sobr’elles; as ruas calçadas” [10].

Outro importante documento contendo elementos que possibilitam retratar a configuração urbana do casario de São Luís, em meados do século XIX, é o “Recenseamento da População de São Luís no ano de 1855”, manuscrito existente no acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM, realizado por João Nunes de Campos, engenheiro civil formado em 1843 na Escola Central de Paris [11].

Inicialmente, o engenheiro João Nunes de Campos tinha um Plano para registrar toda a população da capital; no entanto, por motivos alheios ao seu propósito, o recenseamento ficou circunscrito à área da cidade mais adensada na época, correspondente a oitenta quarteirões, “compreendidos nos limites seguintes: rua da Cruz, rua de Santo António, rua do Ribeirão, rua das Barrocas, rua do Egito, beco do Machado, praias do Caju, Pequena, Grande, das Mercês, do Desterro, do Portinho e largo da Fonte das Pedras” [11]. Os dados do censo revelam um perfil importante desse trecho da cidade, com uma população de “nove mil indivíduos distribuídos por 1.065 casas e 15 edifícios públicos” [11].

Por meio da leitura e interpretação de alguns dados do Censo de 1855, identifica-se, na área mais antiga da cidade, um expressivo conjunto de arquitetura civil, formado por 303 sobrados, 35 mirantes e 727 casas térreas, somando 1.065 imóveis. O censo detalha também a projeção de crescimento, como indica a informação de 26 casas em construção e 60 terrenos por construir. Complementando os dados sobre a construção civil, o documento numera algumas atividades e ofícios da época, das quais se destaca: 2 arquitetos, 16 carpinteiros, 21 carpinteiros, 6 ferreiros, 30 marceneiros e 10 pedreiros (Tabela 1).

Parte desses imóveis públicos indicados no censo pode, até hoje, ser encontrado no núcleo administrativo fundacional de São Luís, situado na Av. Pedro II, antiga

Tabela 1 Alguns dados estatísticos do recenseamento da população de São Luís em 1855.

Divisão de Classe	Subdivisão	Subtotal	Total
População	Livre	5.395	9.000
	Escravo	3.605	
Artes e Ofícios	Architecto	2	318
	Alfaiate	79	
	Barbeiro	24	
	Caldeireiro	2	
	Calafato	14	
	Carpina	16	
	Carpinteiro	21	
	Chapeleiro	6	
	Charuteiro	20	
	Espingardeiro	5	
	Ferreiro	6	
	Funileiro	11	
	Marceneiro	30	
	Ourives	19	
	Pedreiro	10	
	Pentieiro	8	
	Polieiro	3	
	Sapateiro	18	
	Solleiro	3	
	Seringueiro	6	
	Tanoeiro	10	
	Tipógrafo	4	
Propriedade particular	Armazén	57	322
	Botica	11	
	Barraca	22	
	Loja	48	
	Oficina	108	
	Quitanda	76	
Edifício Público	Edifício Público	15	15
Edifício Particular	Sobrado	303	1.065
	Mirante	35	
	Casa Térrea	727	
Propriedade Particular	Casa em construção	26	86
	Terreno por construir	60	

Fonte: [11].

Avenida Maranhense. Originado no período do Brasil-colônia, o núcleo administrativo fundacional é constituído pelas edificações do Palácio do Governo do Estado (no local do antigo Forte São Luís), Palácio Municipal (antiga Casa de Câmara e Cadeia), Igreja da Sé e Fórum.

Os dados do censo de 1855 não informam quais seriam os 15 edifícios públicos a que se refere. Pressupõe-se, uma vez que o documento não faz referência específica à arquitetura religiosa, que as igrejas e conventos estariam incluídos nos imóveis públicos,

pois na área circunscrita do censo registra-se até aos dias atuais: 7 igrejas, 3 conventos, o Palácio Arquiepiscopal, Palácio dos Leões (sede do governo estadual), Palácio La Ravardière (sede do governo municipal) e o Fórum, somando um total de 14 edificações. A décima quinta edificação provavelmente seria a Igreja das Mercês, demolida no início do século XX. Esse número reduzido de prédios públicos pode ser identificado através da leitura dos registros do censo de 1855, que aponta a predominância da arquitetura civil na configuração urbana

da cidade, com 99 % dos imóveis edificadas sobre 1 % de construções de edifícios públicos.

Pela quantidade das edificações e homogeneidade de seus exemplares, o conjunto de arquitetura civil se destaca na paisagem de São Luís, com seus solares, sobrados – no Brasil a palavra sobrado designa o prédio com mais de um pavimento – de dois, três e alguns até de quatro pavimentos, somados às habitações térreas do tipo morada-inteira, meia-morada, morada-e-meia, $\frac{3}{4}$ de morada e porta-e-janela, com seus mirantes, quintais, telhados e muitas fachadas revestidas de antigos azulejos portugueses.

O expressivo número de imóveis de arquitetura civil, que diferencia São Luís de outras cidades coloniais brasileiras, tem origem em algumas circunstâncias ocorridas durante a administração do Marquês de Pombal (1750-1777). No início do período pombalino, como já foi comentado anteriormente, a capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que era em São Luís, é transferida para Belém, redirecionando todos os aparatos administrativos e investimentos em imóveis públicos para a nova capital. No entanto, essa perda de comando político-administrativo não significou a estagnação da cidade de São Luís que, em meados do século XIX, vivenciou seu apogeu econômico, praticamente empreendido com capital privado da sociedade civil, formada por comerciantes e produtores rurais enriquecidos com a exportação do algodão e arroz. Esse período áureo ficou retratado no conjunto arquitetônico e urbanístico, evidenciando-se que “a forma da cidade de São Luís constituiria, assim o registro histórico de um agenciamento empreendido essencialmente pela iniciativa particular das elites rurais e mercantis da sociedade civil” [12].

A homogeneidade do conjunto urbanístico de São Luís no século XIX foi admirada e ressaltada por alguns

viajantes estrangeiros. O pastor americano Daniel P. Kidder, que visitou a cidade em 1841, destaca “a cidade do Maranhão como sendo de melhor construção que qualquer outra no Brasil” [13]. Outro aspecto que despertou a atenção de Kidder foi a regularidade do traçado, a ornamentação e arborização das praças (Figura 3a), destacando-se nos seus apontamentos que “as ruas do Maranhão obedecem a um traçado remarcadamente regular, no que respeita à direção... A cidade dispõe de diversas praças ornamentadas, algumas delas com árvores de sombra” [13] (Figura 3b).

Em 1862 o historiador Robert Southey descreve a tipologia das edificações e alguns aspectos da paisagem urbana de São Luís observando que a cidade se expande por uma grande área, com a existência de ruas largas, praças, casas térreas e sobrados. “De um só andar erão as melhores casas, mas bonitas, sendo o sobrado, de ordinário com janellas rasgadas até ao pavimento e varandas de ferro, habitado pela família, e as lojas pelos escravos” [7].

A prosperidade econômica do Estado, com um bem sucedido comércio de exportação do algodão e arroz, resiste até à abolição da escravatura, em 1888, quando se inicia o declínio econômico do Estado, agravado também pelas consequências da queda de preço do algodão no mercado internacional.

■ ■ Aspectos da arquitetura brasileira no Maranhão

O patrimônio construído em São Luís nos séculos XVIII e XIX, assim como a arquitetura brasileira edificada no período colonial, possui um sistema construtivo de origem portuguesa, com características e técnicas

Fig. 3 Fotos do Álbum de Gaudêncio Cunha (1908): (a) Casario da Praça Benedito Leite; (b) Largo do Comércio; e, (c) Casario da Rua Portugal. Fonte: Acervo do Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

similares em todas as colônias. Segundo o arquiteto Carlos Lemos, a arquitetura urbana de quase todo o Brasil tinha sempre o mesmo partido, definido “pelos grandes telhados de duas águas, com cumeeiras paralelas às ruas, paredes-mestras grossas, em pedra e cal ou de taipa de pilão” [14]. Outra característica desse período era o tipo de implantação da edificação no lote urbano, situando-se no limite frontal e lateral do lote, assim como a simetria e equilíbrio na composição dos cheios e envasaduras das fachadas.

No panorama nacional, entre meados do século XVIII e finais do século XIX, a arquitetura civil produzida no Maranhão, principalmente nas cidades de São Luís e Alcântara, acompanhou, em alguns aspectos (implantação no lote urbano, abertura ritmada de vãos) e técnicas construtivas, o padrão uniforme das edificações do litoral do Brasil colonial. Contudo, no Maranhão, algumas particularidades do partido arquitetônico caracterizam um certo regionalismo, que pode ser observado na quantidade de fachadas revestidas com azulejos portugueses do século XIX; na presença constante de mirantes (pavimentos que aproveitam parte do desvão da inclinação da cobertura, se elevando acima do telhado principal); nas paredes autônomas confeccionadas em cruz de Santo André (ao estilo da gaiola pombalina); na utilização, em abundância, da pedra lioz, vinda de Lisboa, na confecção de cunhais, ombreiras, vergas, balcões, estendendo-se aos meios-fios e calçadas.

Comentando essas especificidades da arquitetura civil de São Luís, o arquiteto Lúcio Costa destaca que além da azulejaria de fachada, já bastante propalada, existem soluções arquitetônicas peculiares à cidade, como aquelas aplicadas ao fechamento da varanda posterior (Figuras 4a

e 4b) e a “superposição da concavidade de duas telhas a fim de aumentar o balanço da chamada “bica” do beiral, engenhoso artifício que em Portugal também só ocorre numa região – a de Setúbal” [15] (Figura 4c).

Outro aspecto peculiar à arquitetura brasileira edificada no Maranhão nos séculos XVIII e XIX é a presença, em muitos solares e sobrados, de elementos construtivos da arquitetura pombalina. Em São Luís, algumas edificações com essas características possuem o sistema construtivo com paredes autônomas, confeccionadas em cruz de Santo André (tipo gaiola pombalina), apresentando na fachada vãos ritmados de cheios e vazios, balcões sacados (púlpitos) guarnecidos por gradis de ferro forjado, vãos com vergas e ombreiras em pedra lioz, vindas de Lisboa em lastro de navios.

A arquitetura civil produzida no Maranhão, assim como em outras regiões do Brasil colonial, era baseada essencialmente no sistema e técnica construtiva portuguesa. Somente no início do século XIX, com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, a Abertura dos Portos e a influência de artistas estrangeiros, principalmente aqueles integrantes da Missão Artística Francesa, contratada por D. João VI em 1816, tem início no Brasil o gosto pelo estilo neoclássico, em voga nas cidades européias.

Embora essa influência não seja inédita, pois, registram-se como precursoras do neoclassicismo no país as obras do arquiteto Antonio José Landi na cidade de Belém, ainda no final do século XVIII. “A ele coube a tarefa de desenhar a Belém pombalina. Seus projetos constituem o sinal mais expressivo da presença do Iluminismo pombalino no Brasil-colônia, abrangendo os mais importantes edifícios públicos, residenciais e religiosos da cidade” [16].

Fig. 4 (a) e (b) Varanda posterior com fechamento em veneziana, madeira e vidro; (c) Edificação em Setúbal (Portugal) apresentando beiral com sobreposição de duas telhas. Fotos: (a), (b) e (c) Margareth Figueiredo.

O estilo neoclássico difundido no Brasil no século XIX apresenta uma renovação mais evidenciada na composição arquitetônica de fachada e volumetria, mantendo a mesma técnica construtiva empregada no período colonial [17]. No entanto, muitas alterações construtivas foram determinadas através de leis. Com o intuito de dar-se uma feição neoclássica às construções do Rio de Janeiro, sede da corte portuguesa, uma dessas leis determina que “as casas ficaram proibidas de lançar águas pluviais nas calçadas – seus beirais receberam calhas, condutores, buzínos e gárgulas, quando não foram substituídos por platibandas decoradas” [14]. Assim como outras proibições e retiradas de alguns elementos arquitetônicos são impostas, “como foi o caso da determinação policial de 1809, proibindo o uso de treliças, rótulas e muxarabiês – que recobriam os vãos das janelas das casas coloniais – e obrigando a retirada de todos esses elementos então existentes” [17].

Em São Luís essas alterações acontecem bem depois, na segunda metade do século XIX, como se observa no Art. 61 do Código de Postura de 1866 determinando que: “Ficam proibidas as calhas ou goteiras, que reunindo as águas pluviais do telhado as despejam do alto sobre calçadas” [18] e no Art. 215 do Código de Postura de 1893 onde “São proibidas as calhas ou goteiras para o despejo das águas pluviais dos telhados, que deverá ser feito pelo interior das paredes por meio de canos de louça ou metal” [19].

No final do século XIX e início do século XX predomina no país a arquitetura de estilo eclético. As construções novas e algumas casas já existentes sofrem transformações na implantação no lote urbano e na composição de alguns elementos de fachada, mantendo, no entanto, a simetria na distribuição dos vãos de portas e janelas. Outras apresentam alterações apenas na ornamentação da fachada. A planta baixa apresenta a mesma estrutura de distribuição dos ambientes que, no entanto, apresentam recuos frontais e/ou laterais. Os beirais da arquitetura colonial, que jogavam águas pluviais diretamente no passeio público, são substituídos por platibandas, com recolhimento das águas através de calhas metálicas.

Em São Luís o estilo eclético predomina até ao final da década de 1930, seguido depois por edificações com características dos exemplares do movimento neocolonial e do estilo art déco. Na década de 1960 alguns imóveis arruinados do centro antigo (época anterior aos tomba-

mentos federal e estadual) são demolidos para dar lugar às construções em estilo moderno.

■ ■ A influência da arquitetura pombalina

A arquitetura civil produzida em São Luís, desde o final do século XVIII até ao final do século XIX, classificada (1998) pelos órgãos de preservação do Maranhão como estilo tradicional português, apresenta fortes influências do complexo sistema construtivo das edificações produzidas na reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755, na área conhecida como Baixa Pombalina, em referência à competente atuação do Marquês de Pombal.

Num primeiro momento registra-se que alguns fatos históricos contribuíram para influenciar a morfologia de feição pombalina na parte mais antiga da cidade de São Luís, entre eles: a nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal para governador-geral (1753) do Estado do Grão-Pará e Maranhão; a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão em 1755, que deu início ao período áureo da economia maranhense; a nomeação do sobrinho do Marquês de Pombal, Joaquim de Melo e Póvoas para governador da capitania do Maranhão (1761-1779) [20].

No entanto, como a maioria das construções que apresentam características pombalinas em São Luís foram construídas no século XIX, considera-se essa relação do grau de parentesco dos dirigentes do Maranhão com o Marquês de Pombal como um primeiro contato de conhecimento da inovadora técnica construtiva adotada, em meados do século XVIII, na reconstrução de Lisboa.

Para além do plano urbanístico, as edificações pombalinas apresentavam outras características inovadoras, em cujos projetos arquitetônicos destacam-se as medidas de segurança contra sismos e a padronização e modulação do edifício para permitir a agilidade da construção, promovida pela introdução de muitos elementos arquitetônicos pré-fabricados, como os madeiramentos e carpintarias (estrutura de gaiola e telhado), as ferragens, as vergas e ombreiras em pedra lioz.

A importação da técnica construtiva pombalina para São Luís acontece no final do século XVIII, com a necessidade de rapidez para as construções de habitações e comércio, provocada pelo crescimento acelerado da cidade, em consequência do enriquecimento econômico da região.

O inovador sistema de pré-fabricação utilizado na baixa pombalina foi o modelo escolhido pelos ricos comerciantes e produtores rurais para atender à demanda das novas edificações de seus sobrados e solares.

A importação da técnica pombalina foi facilitada porque a cidade portuária de São Luís, na época, mantinha um estreito laço com a metrópole portuguesa, por meio de um intenso tráfego dos navios que levavam a produção do algodão e arroz. Segundo o historiador Robert Southey, o Maranhão e o Pará se comunicavam mais com Lisboa do que com o resto do Brasil, pois “tão difícil é a navegação d’esta costa do norte para o sul, vindo em direcção contraria o vento e a corrente, que mais fácil é ir do Pará ou Maranhão a Lisboa do que por mar ao Rio ou á Bahia” [7].

Para entender melhor como as concepções da arquitetura pombalina estão presentes em muitos aspectos do centro histórico de São Luís, retomamos uma breve descrição sobre essa tipologia, a partir da reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, comparando-a às edificações do centro histórico de São Luís: O Marquês de Pombal nomeou o engenheiro-mor Manuel da Maia como chefe da equipe escolhida para executar o plano de reconstrução de Lisboa. Em 1756 a equipe técnica apresentou várias hipóteses e recomendações técnicas para que fosse escolhida aquela que melhor atendia os critérios estabelecidos pelo reino.

O Plano urbanístico escolhido previa reconstruir a Baixa sobre os escombros da cidade antiga, porém com um novo traçado ortogonal, de autoria dos arquitetos Engénio dos Santos e Carlos Mardel, apresentando ruas largas, alinhamento das fachadas, instalação de esgotos e outras medidas de segurança. Uma nova proposta para a cidade, bem diferente do emaranhado de ruas tortuosas existentes antes do terremoto. Por uma coincidência histórica, São Luís na época já apresentava, desde 1615, uma malha ortogonal favorecendo, portanto, a adaptação da tipologia pombalina (Figura 5 – 2a e 2b).

Na proposta aprovada para as construções pombalinas os edifícios tinham cinco pavimentos, incluindo um sótão, sendo o pavimento térreo destinado ao comércio e os pavimentos superiores ao uso residencial. Os imóveis tinham alinhamento nos limites frontais e laterais do lote, e internamente eram voltados para uma única área livre (comum a todos) ao meio da quadra. A uniformidade do número de pavimentos por quadra, somada a um

ritmo modulado de cheios e envasaduras dos vãos de portas e janelas, faz com que os edifícios não sobressaíssem individualmente, resultando em quarteirões com volumetrias uniformes. O edifício pombalino “é uma abstracção no conjunto, em que este somente conta: o conceito de prédio deve ceder aqui lugar ao conceito de bloco, ou quarteirão, com a sua unidade programada – e nele reside a parte primordial da necessária encarnação urbanística” [21].

O acervo arquitetônico do centro histórico de São Luís apresenta também o alinhamento dos imóveis nos limites frontais e laterais do lote, assim como a composição de fachada semelhante à modulação pombalina, na abertura e ritmo das envasaduras dos vãos de portas e janelas. No entanto, não apresenta a uniformidade de volumetria das quadras da Baixa Pombalina, devido à diversidade do número de pavimentos dos imóveis por quadra. A maioria das edificações possui dois ou três pavimentos, registrando-se pouquíssimos sobrados com quatro pavimentos; desse modo, um sobrado de dois pavimentos pode ter ao seu lado outro de três pavimentos ou mesmo uma edificação térrea (Figura 5 – 4c e 4d).

Quanto à técnica construtiva das paredes estruturais, as edificações da Baixa Pombalina utilizam uma armação do tipo gaiola, constituindo-se por um esqueleto de madeira, formado por peças verticais e horizontais (prumos e travessanhos) e peças em diagonal, formando várias cruzes de Santo André. Segundo Mascarenhas, “com a estrutura de gaiola era possível construir paredes mais leves e flexíveis em caso de sismo, ao contrário das tradicionais paredes de alvenarias de pedra ou tijolo” [22]. Esta estrutura de gaiola não aparece no piso térreo, que é formado por paredes-mestras e pilares ligados por arcos e, em alguns casos, também por abóbadas (Figura 5 – 3b). A partir do primeiro andar, essas paredes possuem uma grade de madeira voltada para o lado interno da edificação, que serve para fazer o travamento dos pisos e o encaixe com as paredes internas do sistema de gaiola.

Embora não houvesse risco de terremoto em São Luís, o sistema construtivo do tipo gaiola, com amarração em cruz de Santo André (Figura 5 – 3a e 3c), foi bastante utilizado. À semelhança das edificações da Baixa Pombalina, em São Luís o pavimento térreo é formado por paredes-mestras, em pedra argamassada com cal, e pilares ligados por arcos, não sendo identificado nenhum caso com abóbadas (Figura 5 – 3d). A partir do

LISBOA – BAIXA POMBALINA

SÃO LUÍS – CENTRO HISTÓRICO

1- Iconografia

2- Traçado urbano

3- Sistema estrutural

primeiro andar, as paredes não possuem uma grade de madeira voltada para o lado interno da edificação, como acontece no edifício pombalino, que servia para fazer o travamento dos pisos e o encaixe com as paredes internas

do sistema de gaiola. Esse travamento dos pisos era feito com grandes barrotes de madeira (suporte para o assoalho) engastados na parede.

Um dos princípios do plano de Manuel da Maia e de

4- Fachadas

5- Esquadrias e ferragens

Fig. 5 Aspectos das semelhanças do sistema construtivo da Baixa Pombalina com as edificações do século XIX em São Luís do Maranhão. 1 – Iconografia: (a) Terreiro do Paço, 2011. Foto: Margareth Figueiredo; (b) Vista do Terreiro do Paço (Lisboa), painel encontrado em sobrado (século XIX), no Largo do Comércio, São Luís. Foto: Margareth Figueiredo. 2 – Traçado urbano: (a) Traçado ortogonal (1756). Fonte: Museu da Cidade – Lisboa; (b) Malha ortogonal (1615). Fonte: Arquivo da Superintendência do Patrimônio Cultural do Estado do Maranhão. 3 – Sistema estrutural: (a) Gaiola pombalina; (b) Arcos e abóbadas, no pavimento térreo; (c) Gaiola pombalina, com enchimento de pedras miúdas e barro; (d) Arcos no pavimento térreo. Fontes: (a) [23]; (b) [22]; (c) e (d) Arquivo da Superintendência do Patrimônio Cultural do Estado do Maranhão; 4 – Fachadas: Modulação e equilíbrio no ritmo dos cheios e envazaduras. Fontes: (a) e (b) [24]; (c) e (d) Margareth Figueiredo. 5 – Esquadrias e ferragens. Fontes: (a) [22]; (b) [25].

sua equipe revela a preocupação com a rapidez da reconstrução da Baixa, que tem como soluções de agilidade a pré-fabricação e a modulação dos edifícios. A ideia inovadora era produzir algumas peças que seriam pré-fabricadas, com medidas padronizadas, em oficinas espalhadas pela redondeza. Tanto para o traçado da

malha urbana como para a modulação das fachadas dos edifícios, a unidade de medida escolhida foi o palmo (aproximadamente 22,5 cm), no qual se baseavam também as peças pré-fabricadas. Entre os elementos pré-fabricados estão as peças de carpintaria formadoras da estrutura de gaiola, as cantarias e as peças metálicas dos guarda-corpos

das escadas, que eram fabricados em blocos e depois fundidos para formar uma peça única.

Algumas soluções pombalinas relacionadas com a modulação são incorporadas nas edificações de São Luís, como ocorre nas aberturas dos vãos de portas e janelas, que mantêm um ritmo de cheios e envasaduras harmônico. É muito constante, em São Luís, nos sobrados e solares dessa época, a presença de elementos arquitetônicos em cantaria de lioz, pré-dimensionados com medidas padronizadas, importados em navios procedentes de Lisboa, tais como: ombreiras e vergas de portas e portadas, socos e cunhais.

Existem ainda muitos outros elementos arquitetônicos que apresentam semelhanças entre a arquitetura pombalina e aquela edificada em São Luís nos séculos XVIII e XIX, como as soluções de escadas, os balcões sacados (púlpitos), os tipos de ferragens, pisos, azulejos e esquadrias.

O sistema construtivo de gaiola também foi utilizado, até ao início do século XIX, em outras áreas de Lisboa e na cidade portuguesa de Vila Real de Santo António. Esse sistema só caiu em desuso após a introdução de novos materiais estruturais, como o ferro e o concreto armado.

Vale ressaltar que esse estudo não se restringe apenas à tipologia pombalina, pois muitos imóveis dos séculos XVIII e XIX, no centro histórico de São Luís, apresentam, às vezes, apenas uma ou duas paredes divisórias em gaiola pombalina e o restante das alvenarias divisórias variando entre a taipa de mão, o estuque e o tabique.

■ ■ Engenheiros, arquitetos e construtores

Poucas notícias se têm sobre os construtores e autores de projetos dos sobrados e solares do século XIX no Maranhão. Figueiredo comenta que esses projetos ainda não encontrados, devem existir ou existiram, pois segundo as determinações dos Códigos de Posturas de 1842 e 1866 era necessária uma aprovação prévia de licença para todas as construções ou edificações [9]. Já o Código de 1866 passa a exigir que, além da aprovação, as edificações fossem planejadas através de risco e desenho da fachada, como determina o Art. 54: “Ninguém poderá d’ora em diante dar começo a edificação reedificação sem primeiro o requerer a Câmara, apresentando-lhe o risco e desenho exterior da obra para obter della a necessaria aprovação” [18].

O historiador maranhense César Marques relata que durante muito tempo o Brasil colonial ficou sem um Corpo de Engenharia Civil. Francisco Frias foi o primeiro engenheiro que esteve no Maranhão, acompanhando Jerônimo de Albuquerque na expedição que expulsou os franceses em 1615. Além da autoria do traçado urbanístico de São Luís, Frias teria construído na vila de Icatu uma fortaleza em forma hexágona, denominada Forte de Santa Maria [8].

Ainda sobre a carência de projetistas e construtores, Marques comenta que em abril de 1762 o Governador Joaquim de Melo e Póvoas oficiou a S. M. a inexistência de engenheiro no Maranhão, “... dizendo não haver aqui um só engenheiro, e nem um só artilheiro, e apenas um pobre velho, capitão-de-artilharia, com perto de 90 anos, dirigindo algumas obras por ser o único que tinha algumas luzes de Engenharia” [8].

Apesar da pouca referência que se tem sobre os arquitetos e construtores da arquitetura civil de São Luís do Maranhão, alguns profissionais nomeados para o Maranhão são citados no dicionário de arquitetos, engenheiros e construtores portugueses, organizado por Viterbo em dois volumes (1899 e 1904) [26-27]; outros foram citados por César Marques [8], a seguir relacionados em ordem cronológica (Tabela 2).

Ao contrário das obras oficiais, onde se encontram muitos registros dos autores de projetos e datas de construção, sobre os sobrados e solares temos poucas informações, algumas sem maiores detalhes, às vezes sem data precisa. No período entre o ano de 1818 e 1827 registram-se as informações de que o arquiteto José Maria Alves construiu alguns dos melhores prédios desta capital e que o português Manuel José Pulgão construiu os prédios do Desembargador Martins, no final da Rua Formosa, e o do comendador Vieira Belfort, no Largo dos Remédios [8]. No entanto, é muito comum encontrar dados mais precisos nas fachadas dos imóveis, como a data de construção e monogramas com iniciais do proprietário.

■ Caracterização da arquitetura civil de São Luís

Como já foi evidenciado anteriormente, o patrimônio cultural edificado no centro histórico de São Luís destaca-se pela harmonia do seu conjunto arquitetônico, com

Tabela 2 Engenheiros e Construtores no Maranhão (1615-1870).

Nome	Descrição da Nomeação	Data	Cargo	Referência
Francisco Frias de Mesquita	Nomeado em 1603 para ir ao Brasil cuidar das fortificações e fortalezas. Autor do traçado urbano de São Luís (1615).	1615	Engenheiro-militar	[26], pp. 376 -377
Thomé Pinheiro de Miranda	Nomeado, em 1681, engenheiro do estado do Maranhão pelo Príncipe de Portugal Dom Pedro. Veio para o Maranhão na companhia do governador Pedro Cesar de Meneses.	1681	Engenheiro	[27], p. 277
Pedro de Azevedo Carneiro	Nomeado em 1685 para o cargo de capitão engenheiro do Maranhão. Em 1691 obteve licença para voltar ao reino.	1685-1691	Capitão Engenheiro	[26], p.78
Custódio Pereira	Projetou e construiu a Sé de São Luís. Em 1705 foi nomeado sargento-mor, com obrigação de ensinar engenharia.	1691-1705	Engenheiro, Arquiteto	[27], pp. 244 -245
Sebastião Pereira	Discípulo da Aula de Fortificação de Lisboa. Em 1718 foi nomeado por Dom João, para o cargo de capitão engenheiro de artilharia de S. Luiz do Maranhão.	1718	Capitão Engenheiro de Artilharia	[27], p. 250
Alexandre dos Reis	Nomeado ajudante de fortificações de São Luiz, em janeiro de 1721, na época do governador capitão geral do estado do Maranhão Bernardo Pereira de Berredo.	1721	Ajudante de Fortificações	[27], p. 358
Thomás Rodrigues da Costa	Nomeado em 1757, Capitão de Infantaria, com exercício de engenheiro, juntamente com Manuel Alvares Calheiros, para servir nos Estados do Grão-Pará e Maranhão.	1757	Sargento-mor de Infantaria/ Engenheiro	[27], p. 404
Manuel Fric Gotz	Nomeado em 1767 por D. José I a sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro na cidade de S. Luís do Maranhão.	1767	Sargento-mor de Infantaria/ Engenheiro	[26], pp. 464 -465
José de Carvalho	Tenente-Coronel de Milícias e Engenheiro Civil veio de Lisboa por chamdo dos diretores da Companhia de Comércio. Faleceu em São Luís em 1817 ou 1818.		Engenheiro Civil, Tenente Coronel de Milícias	[8], p. 256
Antonio Bernadino Pereira do Lago	Nomeado por D. João VI, em 1818, para a capitania do Maranhão. Lago calçou quase todas as ruas da capital. Trabalhos: <i>Carta Geral da Capitania do Maranhão levantada em 1820 e a Carta Topográfica da Ilha do Maranhão</i> .	1818	Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenheiros	[8], pp. 256 -257
José Maria Alves	Conhecido por José Maria Maquinista, porque como tal trabalhou na primeira companhia dramática, que teve nosso teatro. Construiu alguns dos melhores prédios desta capital.		Arquiteto	[8], p. 257
Manuel José Pulgão	O português Manuel José Pulgão construiu os prédios do Desembargador Martins, no final da Rua Formosa, e o do comendador Vieira Belfort, no Largo dos Remédios.		Construtor	[8], p. 257
Joaquim Rodrigues Lopes	Maranhense, estudou na Academia de Fortificações em Lisboa. Nomeado em 1827 Segundo Tenente de Engenheiros. Obras: Cais da Sagração; Armazém da Pólvora; Fonte das Pedras e do Ribeirão; várias igrejas do interior.	1827-1845	Segundo Tenente de Engenheiro	[8], p. 258

Júlio Boyer	Francês contratado como engenheiro da repartição de Obras Públicas criada pelo Senador Franco de Sá. Obras: Cais da Sagração e calçada da Rua Grande, onde usou o Sistema Macadame, pavimentação que emprega pedra britada comprimida em mistura com material aglutinante, geralmente a argila.		Engenheiro prático	[8], p. 258
João Nunes de Campos	Formou-se em 1843 em Paris. Nomeado como primeiro Diretor de Obras Públicas. Trabalhos: Recenseamento de São Luís em 1855; plano da Igreja de N. S. dos Remédios; planta de cotas e nivelamento do Caminho Grande até o Cotim.		Engenheiro civil	[8], pp. 258 -259
Raimundo Teixeira Mendes	Formado em Paris, trabalhou para o governo dirigindo as obras: Canal de Arapapaí; Igreja de São Joaquim do Bacanga; Dique da Companhia Anil; Companhia Fluvial de Navegação a Vapor.		Engenheiro	[8], p. 259
João Vito Vieira da Silva	Maranhense estudou engenharia no Rio de Janeiro. Empregado na Província de São Luís. Serviços na direção de obras: cais, dique, quartel, Fortaleza de Vera Cruz e Hospital da Madre de Deus.		Tenente Coronel Engenheiro	[8], p. 259
João Antônio dos Santos	Baiano, naturalizado cidadão americano, onde se diplomou Artista Teórico-prático. Arquiteto da Câmara Municipal. Obras: casas grandes no Largo dos Remédios; plano da Igreja de Santo Antônio.	1856?	Arquiteto	[8], p. 257
Fernando Luís Ferreira	Maranhense, Tenente-coronel do Corpo de Engenheiros. Em março de 1865 foi nomeado diretor das Obras Públicas. Dirigiu as obras: da Fonte do Ribeirão; da Cadeia Pública; do cais, rampa e escada do Portinho.	1865	Tenente-coronel do Corpo de Engenheiros	[8], pp. 259 -260
Francisco Gomes de Sousa	Maranhense, engenheiro e bacharel em Matemáticas e Ciências Físicas. Dirigiu as obras do dique, e concluiu o encanamento das águas da Companhia Anil, abastecendo todos os chafarizes. Acabou a construção da Igreja de São Joaquim do Bacanga e fez plano da Igreja da cidade de Rosário.		Engenheiro	[8], p. 261
Francisco César do Amaral	Maranhense, dirigiu as obras da Igreja de Santo Antônio, da Rampa de Campos Melo, do Teatro de São Luís, e reparos no Farol de Santana.		Engenheiro civil e militar	[8], p. 262
José Ganne	Engenheiro francês foi diretor do Gasômetro. Trabalhos: Estudos para o estabelecimento de uma fábrica de fiar e tecer; o restabelecimento da Companhia Anil; a estrada para Caxias.	1865	Engenheiro	[8], p. 262
Edmund Compton	Engenheiro inglês da Companhia de Gás, diretor das importantes obras, feitas no Gasômetro em 1870.	1870	Engenheiro	[8], p. 262
Augusto Teixeira Coimbra e Miguel Antunes Lopes	Os Engenheiros Augusto Teixeira Coimbra e Miguel Antunes Lopes chegaram em São Luís em 1870. Contratados pelo governo central, para examinar o edifício da Alfândega e fazer o orçamento de um a ponte para carga e descarga até a baixa-mar.	1870	Engenheiros	[8], p. 262

Fontes: [8, 26-27].

predominância de edificações civis, que mantêm ainda preservados fortes traços da arquitetura colonial portuguesa. A tipologia arquitetônica e as soluções construtivas

de seus solares, sobrados e casas térreas, edificadas nos séculos XVIII e XIX, se destacam no cenário das ruas e ladeiras, das áreas mais antigas da cidade.

Desse modo, em São Luís, ao contrário de outras cidades brasileiras, os antigos edifícios de arquitetura civil formam um conjunto arquitetônico mais representativo do que os de arquitetura oficial ou religiosa. Esse singular conjunto arquitetônico foi inscrito (1997) na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, segundo os critérios: “(iii) Aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido; (iv) Ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade; (v) Constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que se tenham tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis” [28].

As edificações de arquitetura civil do centro histórico de São Luís do século XVIII e XIX caracterizam-se, como na maioria das edificações brasileiras desse período, pela ausência de recuos frontais ou laterais, apresentando um conjunto de imóveis contíguos, separados apenas por paredes meeiras, formando quadras compactas, com áreas livres apenas no interior do lote. A cobertura é em telha cerâmica do tipo capa e canal, com águas voltadas para o passeio público e interior do lote.

Nesse capítulo detalha-se a tipologia arquitetônica dos solares, sobrados e casas térreas, edificadas nos séculos XVIII e XIX, e suas técnicas construtivas, por meio de desenhos gráficos, iconografias e fotos.

■ ■ Solar

Os solares brasileiros são casas ou palácios onde habitavam famílias nobres. Em São Luís foram construídos com requinte pela elite de produtores rurais dos séculos XVIII e XIX, com função essencialmente residencial, para abrigar na capital a família dos senhores de engenhos e os produtores do algodão e açúcar.

Imóvel com aspecto imponente, que apresenta na fachada principal elementos arquitetônicos bem elaborados, tais como: portadas com ornamentos em cantaria de lioz, balcões sacados sinuosos, apoiados por mísulas (cachorros) em pedra lioz (Figura 6a), vergas, ombreiras e cunhais em pedra lioz (Figura 7). O sistema construtivo do solar apresenta paredes-mestras em pedra argamassada com cal ou alvenarias autônomas em cruz de Santo André (gaiola pombalina) e paredes divisórias que variam entre as técnicas da taipa de mão e tabique.

Em geral, os solares possuem dois pavimentos; em alguns casos, quando a inclinação do telhado e/ou terreno permite, podem ter também mirantes e subsolos. A implantação mais usual no lote urbano é em forma de “C”, “L” ou “U”. O pavimento térreo é formado pelas áreas de serviço, com senzalas, abrigo de carruagens, um grande vestíbulo com acabamento requintado, onde se encontram janelas de peitoril com conversadeiras (Figura 6c) e a escada de acesso ao pavimento superior. Os forros são do tipo saia e camisa e p piso em pedra lioz, detacando-se no vestíbulo o piso em composição de mosaicos, com desenhos geométricos elaborados com

Fig. 6 Detalhes arquitetônicos dos solares: (a) Balcão sacado sinuoso, apoiado por mísulas em pedra de cantaria; (b) Vestíbulo com piso em mosaico e desenhos geométricos, elaborado com pedra lioz, intercalado com seixos rolados; (c) Conversadeiras na janela do vestibulo. Fotos: (a) e (b) Margareth Figueiredo; (c) Arquivo IPHAN 3ª SR.

pedra lioz, intercalada com seixos rolados, que são pequenas pedras redondas, recolhidas em leitos de rios (Figura 6b).

No pavimento superior, o corpo principal da edificação é formado por hall de acesso à escada, salas voltadas para o exterior, dormitórios e alcovas (ambientes sem iluminação e ventilação direta do exterior do imóvel) com acesso pela extensa varanda (da largura do imóvel), que se estende também lateralmente formando um pequeno corredor (denominado correr) com dependências menores de serviço. A cobertura é em telha de barro do tipo capa-e-canal, com beiral arrematado por cimalha.

Os solares maranhenses ainda hoje podem ser identificados e admirados em diversas áreas do centro histórico,

a

b

Fig. 7

(a) Solar dos Vasconcelos, situado na Rua da Estrela; (b) Palácio Cristo Rei, situado na Praça Gonçalves Dias. Fontes: (a) Arquivo da Superintendência do Patrimônio Cultural do Estado; (b) Foto de Daniel Lopes.

a

b

Fig. 8

(a) Sobrado na Rua 14 de Julho; (b) Conjunto de sobrados do Largo do Carmo. Fotos: (a) Letícia Veras; (b) Margareth Figueiredo.

como o Solar dos Vasconcelos (Rua da Estrela), o Solar dos Veras (Rua do Egito), e o Palácio Cristo Rei (Praça Gonçalves Dias). Embora alguns solares não estejam em bom estado de conservação, a maioria encontra-se bem preservada, mantendo todos os elementos arquitetônicos característicos da época em que foram construídos.

■ ■ Sobrado

Os sobrados do século XIX destacam-se na paisagem do

Centro Histórico, com prédios de até quatro pavimentos, sendo o pavimento térreo destinado ao comércio e os pavimentos superiores ao uso exclusivamente residencial (Figuras 8a e 8b).

Assim como no solar, o sistema construtivo do sobrado apresenta paredes-mestras em pedra argamassada com cal ou, em alguns casos, confeccionadas utilizando a cruz de Santo André (gaiola pombalina) e paredes divisórias que variam entre as técnicas de taipa de mão e tabique.

Mais despojado que os solares, a sua fachada principal apresenta aspecto sóbrio, com elementos arquitetônicos menos elaborados, tais como: portas com ombreiras em cantaria de lioz ou molduras em argamassa, vãos em vergas retas, abatidas ou em arco pleno, cheios e vazios ritmados, cunhais, balcões sacados isolados e corridos em pedra lioz, guarnecidos por guarda-corpo em gradis de ferro forjado ou fundido.

Em geral, os sobrados possuem dois a três pavimentos e, em alguns casos, mirantes, subsolos e fachadas revestidas com azulejos estampilhados manufaturados nos séculos XVIII e XIX, procedentes, na sua maioria, de Lisboa. Apresentam implantação sem recuos frontais e laterais, projetando-se no lote urbano em forma de “L”; “C”; “O” ou “U”, formando os pátios internos, que permitem a ventilação e iluminação da varanda posterior, e indiretamente das alcovas, por meio das bandeiras em madeira vazadas.

O pavimento térreo é formado por lojas destinadas ao comércio, com grandes vãos estruturados através de arcos em tijoleira cerâmica. Nesse andar fica também a escada (lateral ou central) de acesso aos pavimentos superiores. No pavimento superior a planta baixa tem seu corpo principal formado por um pequeno vestibulo de acesso à escada, salas voltadas para o exterior, dormitórios e alcovas com acesso pelo corredor ou pela varanda, interligada também ao pequeno “correr” com dependências menores.

■ ■ Casas térreas

As casas térreas, do século XIX e início do século XX, da região nordeste do Brasil, especialmente no Maranhão e no Piauí, são tipologicamente conhecidas [29] por: Porta-e-janela; meia-morada; $\frac{3}{4}$ de morada; morada-inteira e morada-e-meia (Figura 9).

A porta-e-janela é o tipo de habitação mais simples

cuja própria denominação define seus elementos de fachada. Internamente divide-se em três compartimentos (sala, dormitório e cozinha) conjugados, havendo apenas um pequeno hall de acesso na porta de entrada. A meia-morada caracteriza-se por apresentar uma porta de entrada em uma das extremidades com duas janelas laterais. Internamente divide-se em cinco compartimentos: sala, dormitório e varanda, que são articulados por um corredor lateral de acesso na porta de entrada, cozinha e dependência de serviço no corredor secundário, integrando a varanda. A edificação do tipo $\frac{3}{4}$ de morada apresenta uma porta ladeada em um dos flancos por uma janela e no outro por duas. A distribuição dos ambientes em planta baixa é semelhante à da meia-morada, acrescida de dois pequenos ambientes, na lateral do corredor, correspondente ao acréscimo de uma janela na fachada. A morada-inteira apresenta na composição de fachada uma porta central com duas janelas de cada lado. A distribuição interna constitui-se de um corredor central ladeado por duas salas e dois dormitórios, varanda, correr e dependências. O tipo maior de casas térreas é a morada-e-meia, que apresenta uma porta e seis janelas, correspondendo a uma morada inteira acrescida de duas janelas. Sua distribuição interna é semelhante à morada-inteira, acrescida de mais uma sala e um dormitório em um dos lados.

Sistema construtivo – Para efeito desse estudo consideraram-se como elementos estruturais aqueles que compõem fundamentalmente o sistema construtivo das edificações, a saber: as fundações; as paredes (estruturais e divisórias); os pavimentos; as escadas e as coberturas.

■ ■ ■ Fundações

“Para todas as construções, os alicerces são sempre em fundação direta de alvenaria de pedra, em geral rejuntada com barro, ou excepcionalmente de pedra seca ou com argamassa de cal” [17]. Nas paredes em pedra e cal, ou adobe, os alicerces são em vala corrida, em pedra e barro com altura em cerca de 1,20m, largura um pouco maior que as alvenarias das paredes, mantendo a mesma espessura até ao solo. Essas dimensões podem variar de acordo com o número de pavimentos a suportar. As sapatas isoladas só ocorrem nos pilares de sustentação

das varandas voltadas para o pátio interno (Figura 4b). Nos casos de alvenaria de taipa de pilão os alicerces são, quase sempre, do mesmo material das paredes [30].

■ ■ ■ Paredes estruturais

Considera-se parede estrutural aquela que além de ter a função de vedação também suporta as cargas da construção. As paredes estruturais, também chamadas paredes-mestras, geralmente são externas à edificação. As paredes estruturais internas ocorrem principalmente no pavimento térreo e dividem os cômodos, que no caso das lojas comerciais têm arcos de grandes vãos para interligar os ambientes.

Na maioria das edificações térreas, solares, sobrados, com exceção daqueles do século XVIII quando possuem sistema construtivo com paredes em taipa de pilão, as

alvenarias estruturais são em pedra e cal, rebocadas com argamassa de barro, cal e areia. “A região dispunha de sambaquis fornecedores de matéria-prima para a fabricação da cal e abundantes jazidas de arenito ferruginoso, usado na estruturação das paredes-mestras, monolíticas e notavelmente sólidas, com espessuras variando em torno de 50 cm a 1,30 m [31].

As paredes externas apresentam na fachada principal alguns elementos arquitetônicos padronizados para a maioria dos imóveis, a saber:

- Embasamento em forma de barra argamassada (ressalto de 2 cm), com cerca de 60 cm de altura, normalmente pintadas em cor escura, cuja função é proteger a edificação dos respingos das águas de chuva que caem do beiral, sobre o passeio público;
- Pilar de amarração estrutural (cunhal), situado nas esquinas do imóvel, formando ângulo (aresta) entre a parede paralela à rua com a outra de sentido ortogonal.

Fig. 9 Tipologias construtivas: (a) Porta-e-janela; (b) Meia-morada; (c) $\frac{3}{4}$ de Morada; (d) Morada-inteira, (e) Morada-e-meia; (f) Esquema de planta baixa e fachada da morada-inteira e da morada-e-meia. Fontes: Fotos (a)-(e) Margareth Figueiredo; (f) Desenho de Dora Alcântara.

a

b

Fig. 10 Paredes estruturais em cruz de Santo André, tipo gaiola pombalina. Fonte: Acervo da Superintendência do Patrimônio Cultural do Estado do Maranhão – SPC.

Normalmente apresenta a base em pedra lioz. Quando essa amarração ocorre em paredes meias, o pilar ou pilastra recebe o nome de cadeia;

- Cimilha no remate do telhado, em cantaria ou argamassa, finalizando o beiral em telha cerâmica, tipo capa e canal;

- Aberturas de vãos com ombreiras, vergas e socos, em cantaria de lioz ou estruturados em tijoleira cerâmica. Os vãos com ombreiras e vergas em lioz possuem, acima da verga de pedra, um arco de descarga ou escarçõ construído em tijoleira cerâmica, que tem a função de aliviar o peso das paredes acima.

No caso das edificações com mirante, as paredes possuem técnica construtiva com dois tipos de alvenarias: as de pedra e cal que correspondem à parede frontal e posterior, e se apoiam diretamente sobre as alvenarias mestras da edificação, e as paredes laterais confeccionadas em taipa de mão. As paredes laterais, como surgem sobre trechos intermediários dos vãos da sala, quarto ou alcova do andar inferior, utilizam apenas apoio nas extremidades das paredes- mestras. São em material mais leve, como a taipa de mão ou pau a pique, executada sobre uma viga de madeira, que funciona como se fosse um baldrame, onde são fixadas as peças de pau-a-pique, para armar a trama de varas, e por último é feita a vedação com barro.

Em São Luís, à semelhança das edificações da Baixa Pombalina, em Lisboa, identifica-se nos pavimentos superiores um número razoável de imóveis com paredes estruturadas em cruz de Santo André (tipo gaiola pombalina) com enchimento recorrendo a pequenas pedras e barro (Figura 10).

Algumas meias-moradas e porta-e-janelas do final do século XIX, situadas nas áreas de expansão da cidade (área de tombamento estadual), apresentam paredes estruturais internas e externas em adobe.

■ ■ ■ Paredes divisórias

A maioria dos imóveis apresenta paredes divisórias em pau-a-pique, técnica construtiva também conhecida no Brasil como taipa de mão ou taipa de sopapo. Esse tipo de parede de vedação é estruturado em uma trama formada por esteios verticais em madeira (pau-a-pique), que são fixados no frechal e baldrame, depois armados com varas (peças de menor dimensão) horizontalmente, que são amarradas com fibras vegetais pelas duas faces da parede ao pau-a-pique. Depois de montada, a armação é preenchida dos dois lados com barro e posteriormente rebocada. Em alguns sobrados são encontradas vedações em tabique, técnica formada apenas por tábuas horizontais

bem próximas, preenchidas nos intervalos por barro.

■ ■ ■ Pavimentos

Os sobrados e solares possuem no pavimento térreo (rés-do-chão) um piso em pedra de cantaria (líoiz) e nos pavimentos superiores assoalho (tabuado), apoiado em barrotes. O travamento das paredes e dos pisos de assoalho é feito por meio de grandes barrotes de madeira (suporte para o tabuado) engastados na parede. Como a maioria das paredes das construções antigas não possui exatidão de prumo ortogonal, o acabamento das régua de assoalho próximo a essas paredes é feito com régua em sentido oposto, denominadas tabeiras. O pé-direito dos imóveis, com exceção dos ambientes das sobrelojas e dos mirantes, é em torno de 5,00 m, gerando na maioria das vezes escadas com patamares intermédios.

As casas térreas apresentam uma pequena entrada de acesso ao nível do rés-do-chão, com piso em pedra, seguida de degraus para atingir o piso em assoalho de madeira, um pouco acima do rés-do-chão, formando um porão com cerca de 80 a 120 cm. Em alguns casos, quando a altura desse porão se eleva (220 cm) constitui-se num pavimento habitável, a exemplo do Palacete Gentil Braga na Rua Grande, e do imóvel sede da Fundação Municipal de Cultura – FUNC, situado na Fonte do Ribeirão.

■ ■ ■ Escadas

Em São Luís no século XIX, as escadas dos solares e sobrados tinham um papel fundamental, uma vez que, naquela época, habitar ao nível térreo (rés-do-chão), com piso em chão batido, era sinal de pobreza. A maioria das famílias dos comerciantes e aristocratas morava nos pavimentos superiores, com pisos assoalhados. Nos sobrados e solares o rés-do-chão era destinado aos escravos, carruagens e animais. “Definiam-se com isso as relações entre os tipos de habitação e os estratos sociais: habitar um sobrado significava riqueza e habitar uma casa de “chão batido” caracterizava a pobreza” [32].

As escadas dos sobrados, solares e moradas térreas de porão alto (uma transição entre os velhos sobrados e as casas térreas) [32] apresentam variações quanto à forma, à função e aos materiais de acabamento. As internas,

que podem ser principais ou secundárias, eram sempre em madeira, apresentando, em alguns casos, os primeiros degraus em pedra de cantaria (líoiz), mais conhecidos como degraus de convite. Existem também as escadas externas, confeccionadas sempre em pedra de cantaria, que servem de acesso do corredor secundário para o pátio interno.

Em cada sobrado o pavimento térreo funcionava como loja comercial e os andares superiores como residência do comerciante. A ala residencial tinha privacidade de acesso independente do estabelecimento comercial, feito através de um vestibulo, com porta ou portada voltada diretamente para a rua, e mais uma cancela de madeira fechando a entrada da escada principal, ou seja, para ingressar na residência precisava-se de permissão do proprietário. Dependendo do tamanho do imóvel poderia ter ainda escadas secundárias internas e externas.

O solar, por ser uma edificação de família nobre, com função essencialmente residencial, possui escada de acesso ao pavimento superior um pouco diferente daquela utilizada no sobrado. Enquanto no pavimento térreo do sobrado têm-se lojas comerciais e um pequeno vestibulo com escada de acesso aos pavimentos superiores, no solar esse andar é destinado às acomodações de serviços e à entrada principal do imóvel, que se faz por meio de um amplo vestibulo, com imponente escada de acesso aos pavimentos da residência. A escada principal em madeira se destaca pela sua dimensão e acabamentos requintados, com guarda-corpo trabalhado em balaústres de madeira ou ferro fundido. Geralmente em dois lances, a escada recebe iluminação complementar por óculos e/ou clarabóias. As escadas secundárias internas e externas são semelhantes às dos sobrados.

■ ■ ■ Coberturas

A cobertura dos imóveis do século XIX possui inclinação acentuada, telhado revestido em telha de barro, tipo capa e canal, apresentando beiral com diversas ordens de telhas (bica simples, dupla, triplice ou beira seveira) arrematado por cimalha argamassada ou, em casos mais raros, em pedra líoiz (Figura 11).

Além da diversidade de cimalthas e acabamentos do beiral, destaca-se a curvatura (galbo) das extremidades do telhado, gerada pelo uso do contrafeito, peça de

Fig. 11 (a) Bicas dupla; (b) Beira-seveira; (c) Galbo; (d) Imóvel em meio de quadra; (e)-(f) Imóveis de esquina. Fontes: Fotos (a) e (b) Margareth Figueiredo; Desenhos (c)-(f) Margareth Figueiredo.

madeira que determina uma mudança na inclinação principal. Essa declividade dá ao acabamento das beiradas do telhado uma forma de composição harmoniosa, ao mesmo tempo que contribui para impulsionar as águas pluviais para longe das paredes da fachada.

O número de planos (águas) do telhado é proporcional ao tamanho do imóvel e ao tipo de implantação no lote urbano, que se apresenta em forma retangular, ou em “L”; “C”; “O” ou “U”, gerando coberturas que podem ter até mais de quatro águas. Os imóveis do centro histórico, como são contíguos, jogam as águas diretamente para a rua e interior do lote. No caso dos imóveis de esquina, que jogam suas águas para as duas ruas e para o interior do lote, estes possuem um telhado mais elaborado por meio de espigões, rincões ou calhas de zinco, evitando soluções de oitões ou empenas, comuns aos imóveis de meio de quadra.

■ Patologias na edificação civil

Devido ao desgaste natural pelo tempo de existência, ou pela ação provocada pelo homem, grande parte das edificações antigas apresenta deterioração nos materiais, comprometendo a estabilidade do sistema estrutural.

Em São Luís as edificações do século XIX apresentam anomalias que decorrem de causas diversas, mas principalmente devido ao clima tropical, quente e semi-úmido, cuja umidade relativa do ar chega a atingir 75 %, no período de chuvas, durante seis meses no ano (janeiro a junho).

As lesões estruturais se manifestam por meio de fissuras (rachaduras), que surgem nas paredes, pisos e tetos, comprometendo a estabilidade da construção. Em algumas situações “podem ser causadas por problemas da própria construção, como deformação nas fundações, no telhado, acomodações do terreno, desgaste dos materiais, ou problemas externos à edificação, como umidade, catástrofe, vandalismo, sobrecarga, etc.” [33].

Os fatores que determinam os principais agentes de deterioração podem ser:

- Fatores Físicos (variações de temperatura, umidade, calor excessivo, raios ultravioletas, ar seco, vento, chuva, salitre);
- Fatores Químicos (poeira, fuligem, gases poluentes, salitre);
- Fatores Biológicos (vegetação, insetos, fungos, bactérias, animais roedores, contaminação atmosférica);
- Fatores Humanos (manuseio, vandalismo, uso inadequado, trepidações, transportes);
- Fatores Naturais (enchentes, incêndios, catástrofe, vibrações, tremores de terra, vento, chuva).

■ ■ Patologias em fundações

A estabilidade das fundações se relaciona diretamente com a segurança estrutural do edifício. Em São Luís são muitas as causas que originam lesões nas fundações. Além do envelhecimento e dos recalques de acomodação natural do solo, existem aquelas provocadas pelo uso e manuseio indevido, como: as intervenções inadequadas, que alteram as divisões dos ambientes, aumentando a sobrecarga; as vibrações causadas por transportes pesados; o manuseio do solo de imóveis vizinhos, com retirada de terra na vizinhança das fundações, ou seja, “las intervenciones constructivas en el entorno de un edificio influyen siempre en el suelo del mismo con mayor o menor intensidad, alterándolo en algunos casos de forma peligrosa para las cimentaciones en él situadas” [34]; falta de manutenção em esgotos, no passeio público (calçada) e meio-fio que protegem a fundação das águas pluviais (Figura 12).

■ ■ Patologias em paredes (externas e internas)

Em São Luís do Maranhão, com a intensidade de chuvas que ocorrem durante seis meses no ano, as anomalias mais frequentes nas paredes são decorrentes de fatores climáticos, como as fissuras (rachaduras) e desagregação do reboco. Nas paredes externas, mais expostas às chuvas, a desagregação do reboco se torna mais frequente, desprotegendo a alvenaria de pedra argamassada com barro e cal (Figura 13). A alta umidade relativa do ar

a

b

Fig. 12 (a) Perda de material constituinte da base da alvenaria causando recalque; (b) Excesso de veículos em áreas históricas, causando vibrações na estrutura dos imóveis. Fontes: (a) IPHAN 3ªSR; (b) Superintendência do Patrimônio Cultural do Maranhão.

também provoca muitos danos (manchas de diversos aspectos; desagregação do revestimento) nas alvenarias (Figura 14). As alvenarias também são sujeitas a danos pela má conservação dos telhados, do sistema de drenagem e das instalações prediais.

■ ■ Patologias em pavimentos

Os materiais mais utilizados no piso dos pavimentos são pedra lioz, mosaico e ladrilho hidráulico no piso térreo e assoalho nos pisos superiores. As principais anomalias

a

b

Fig. 13 (a) Desagregação do reboco, expondo a alvenaria de pedra e cal às infiltrações; (b) Excesso de vegetação comprometendo a estabilidade do imóvel, que já se encontra em ruínas. Fontes: (a) IPHAN; 3ºSR; (b) Margareth Figueiredo.

a

b

Fig. 14 – (a) Desagregação do reboco da alvenaria (interna) de pedra e cal, exposta à umidade; (b) Desagregação do reboco da alvenaria (interna) de taipa de mão exposta à umidade. Fotos: (a) Daniel Lopes; (b) IPHAN 3ºSR.

são causadas pelo próprio envelhecimento (tempo de existência) ou desgaste natural do material. Fatores físicos (como: variações de temperatura, umidade, calor excessivo, chuva, salitre) afetam as paredes provocando fissuras, no caso dos pisos do térreo. Os danos no assoalho dos pisos superiores são causados por agentes biológicos (insetos, fungos, bactérias, animais roedores) que atacam a madeira. Esses danos são potencializados quando associados ao excesso de umidade que propicia a proliferação desses agentes, provocando a deformação ou inutilização das peças (Figura 15).

■ ■ Patologias em escadas

As escadas internas, que são em sua maioria confeccionadas em madeira, além do desgaste natural de uso (desgaste dos degraus), sofrem danos, aliás, como todos os elementos construtivos em madeira, decorrentes da ação dos insetos xilófagos, principalmente térmitas e carunchos, que infestam com facilidade ambientes com umidade elevada, como é o caso de São Luís. Algumas escadas possuem peças estruturais engastadas nas paredes, sendo afetadas por infiltrações, que provocam a formação de fungos e carunchos, que poderão, ao longo do

a

b

Fig. 15 (a) ASSOALHO danificado por agentes biológicos (cupins) e umidade; (b) ESTRUTURA de barrotes e assoalho danificado por agentes biológicos (cupins) e umidade. Fotos: (a)-(b) IPHAN 3ª SR.

a

b

Fig. 16 (a) Vegetação rasteira que se prolifera nos telhados vizinhos; (b) Verga reta em tijoleira, com reboco desagregado, ocasionado por infiltrações na cobertura e cimalha. Fotos: (a) Daniel Lopes; (b) IPHAN 3ª SR.

tempo, comprometer sua estabilidade. As escadas exteriores, a maioria em pedra lioz, sofrem diretamente a ação das chuvas e ventos, que as deterioram com o passar dos anos.

■ ■ Patologias em coberturas

Os danos das coberturas são os que mais influenciam a conservação dos materiais dos elementos construtivos tradicionais. O controle e a proteção da maior parte desses materiais e das técnicas construtivas das alvenarias divisórias estão sujeitas à manutenção do telhado por

serem materiais que se deterioram de forma acelerada na presença constante das águas pluviais (Figura 16).

Outra causa relacionada com a infiltração nas coberturas é o aparecimento de vegetação sobre telhas e beirais, provocando com suas raízes a quebra e desagregação do material, dificultando também o escoamento das águas pluviais. Normalmente, no trecho do beiral, mais precisamente na curvatura do galbo, há retenção de águas pluviais que atraem pássaros, a maioria pardais, que não só bebem essa água, mas deixam sementes nos dejetos, que brotam e formam uma densa vegetação danosa ao edifício.

Conclusão

Mesmo alguns autores concordando que a arquitetura produzida no Brasil colonial possuía um sistema construtivo de origem portuguesa, com características e técnicas similares em todas as colônias, se fazem necessários estudos das especificidades relativas ao contexto geográfico, histórico e socioeconômico para compreender algumas soluções arquitetônicas regionais, a exemplo daquelas que foram observadas nesse estudo, sobre o Pará e São Luís do Maranhão.

As técnicas construtivas e os materiais de construção originais devem ser valorizados como testemunhos de vários períodos históricos de um monumento ou sítio, devendo, sempre que possível, ser conservadas. A inserção de novos materiais e técnicas, quando necessário, deve-se limitar ao mínimo indispensável, para causar o menor impacto ao sistema construtivo tradicional.

A conservação preventiva dos materiais e das técnicas construtivas tradicionais é imprescindível para combater a deterioração das edificações patrimoniais, ocorridas principalmente pelo tempo de existência. Portanto é importante salientar, como recomenda a Carta de Veneza (1964), que: “A conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente”.

Agradecimentos

Margareth Gomes de Figueiredo agradece, como bolsista, o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.

Referências

- Meireles, M., *História do Maranhão*, Siciliano, São Paulo (2001).
- Reis Filho, N. G., *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: (1500-1720)*, Pioneira, USP, São Paulo (1969).
- Santos, P., *Formação de cidades no Brasil colonial*, Editora UFRJ, Rio de Janeiro (2001).
- Viveiros, J., *História do comércio do Maranhão*, vol. 3, Associação Comercial do Maranhão, São Luís (1954).
- São Luís, *Código de Posturas de 1842*, Câmara Municipal de São Luís (1842).
- Lisboa, *Instituição da Companhia Geral do Grao Para e Maranhão*, Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca, Lisboa (1755).
- Southey, R., *História do Brasil*, vol. 6, Garnier Irmãos, Rio de Janeiro (1862).
- Marques, C. A., *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*, Fon-Fon e Seleta, Rio de Janeiro (1970).
- Figueiredo, M., *Espelho do Tempo: conservação da autenticidade do espaço público dos conjuntos patrimoniais edificados: O caso do centro histórico de São Luís*, dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (2006).
- Rio de Janeiro, *Corografia Brazilica, ou Relação Historico-Geográfica do Reino do Brazil composta e dedicada a Sua Magestade Fidelissima*, Tomo II, Impressão Regia, Rio de Janeiro (1817).
- Martins, M. B., 'Retratos de São Luís: O recenseamento de 1885', *Estudos de História*, 5 (2) (1998) 173-185.
- Duarte, C. F., 'São Luís, MA', in *Atlas de centros históricos do Brasil*, ed. J. Pessoa e G. Piccinato, Editora Casa da Palavra, Rio de Janeiro (2007) 46-53.
- Kidder, D. P., *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: províncias do norte*, Martins, São Paulo (1943).
- Lemos, C., *Arquitetura brasileira*, São Paulo (1979).
- Costa, L., *Arquitetura*, Bloch, FENAME, Rio de Janeiro (1980).
- Duarte, C. F., 'Belém, PA', in *Atlas de centros históricos do Brasil*, ed. J. Pessoa e G. Piccinato, Editora Casa da Palavra, Rio de Janeiro (2007) 54-60.
- Telles, P. C. S., *História da Engenharia no Brasil (Séculos XVI a XIX)*, LCT – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., Rio de Janeiro (1984).
- São Luís, *Código de Posturas de 1886*, Câmara Municipal de São Luís (1886).
- São Luís, *Código de Posturas de 1893*, Câmara Municipal de São Luís (1893).
- Venâncio, L.; Figueiredo, M., *A influência pombalina nas edificações dos centros históricos de São Luís e Alcântara: um estudo a partir dos sistemas construtivos*, II Seminário Terra Brasil, Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (2008).
- França, J. A., *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitetura Pombalina*, 3ª Ed., Biblioteca Breve, Instituto de Língua Portuguesa, Lisboa (1989).
- Mascarenhas, J., *Sistemas de Construção V – O Edifício de Rendimento da Baixa Pombalina de Lisboa, Processo evolutivo dos edifícios; inovações técnicas; sistema construtivo*, Livros Horizonte, Lisboa (2005).
- Cóias V., *Reabilitação estrutural de edifícios antigos: alvenaria, madeira: técnicas pouco intrusivas*, 2.ª ed., Argumentum, Lisboa (2007).
- Lisboa, *Cartulário Pombalino, Coleção de 70 Prospectos (1758-1846)*, Arquivo Municipal de Lisboa (2005).
- Silva Filho, O.P., *Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão*, Efecê, Belo Horizonte (1986).
- Viterbo, S., *Dicionário histórico e documental dos architectos e connstrutores portugueses ou a serviço de Portugal*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa (1899).
- Viterbo, S., *Dicionário histórico e documental dos architectos e connstrutores portugueses ou a serviço de Portugal*, vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa (1904).

- 28 UNESCO, 'Monumentos Patrimônio Mundial'. Disponível em: <http://www.unesco.org/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-portuguese>. Acesso em: 25/01/2012 [s.d].
- 29 Albernaz, M. P.; Lima, C. M., *Dicionário ilustrado de arquitetura*, vol. 2, ProEditores, São Paulo (1998).
- 30 Vasconcellos, S., *Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos*. UFMG, Belo Horizonte (1979).
- 31 Silva Filho, O. P., 'Arquitetura tradicional luso-brasileira em São Luís do Maranhão', in *São Luís do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem*, Junta de Andalucia, São Luís-Sevilha (2008) 50-79.
- 32 Reis Filho, N. G., *Quadro da arquitetura no Brasil*, Editora Perspectiva, São Paulo (1976).
- 33 Ribeiro, R. T. M., 'Patologias nas construções históricas', in *Conservação e restauro: arquitetura brasileira*, org. M. Braga, Ed. Rio, Rio de Janeiro (2003).
- 34 Abásolo, A., et al. *Tratado de rehabilitación. Patología y técnicas de intervención, elementos estructurales*, vol. 3, Munilla-Lería, Madrid (1998).